

## Do que vale o que se diz: o boato como categoria classificatória

Rui Simões  
Escola Superior de Comunicação Social  
rsimoes@escs.ipl.pt

### Resumo

O conceito de boato tem sido abordado, amiúde, sob dois conjuntos de perspectivas predominantes: o primeiro, centrado nos seus conteúdos e origens, discutindo-se ora a verdade ou falsidade da matéria tratada, ora a razão mítica ou arquetípica mais profunda, ora a natureza das angústias e ansiedades que alimentam a sua reprodução; o segundo discute o processo, analisando as etapas e percursos de retransmissão, o trajecto de saturação do meio, a latitude das suas transformações e a racionalidade mecânica da redução e estabilização das suas versões. Menos frequente, uma terceira leitura procura dar, ainda, conta dos usos sociais e culturais do boato como estratégias de avaliação, nas comunidades, do impacte da informação emergente induzida. O presente trabalho visa interrogar algumas destas abordagens, a persistência do conceito e, como proposta de leitura, revisitar o seu uso, ambivalente, como forma de classificação, reflectido-se nesta a diversidade de poderes e interesses dos contextos em que circula.

Palavras-chave: *boato, controlo, resistência*

### I

O tratamento e abordagem do boato<sup>1</sup> emerge, no senso comum, tanto como uma forma descontrolada de circulação da informação - ressaltando-se-lhe a ambivalência por decorrer de uma fonte suspeita, falsa, indefinida, insinuante e patológica - como por ter um papel premonitório ou de denúncia de informações criadas por um poder constituído. Por seu turno, também os agentes da sua transmissão, singulares ou colectivos, por percursos interpessoais ou mediatizados, são percebidos, por extensão, como personagens que deslizam entre a intriga e a revelação.

O conceito é abordado, na literatura, nos glossários e em parte relevante da produção académica com um campo semântico ambivalente, referido ora à mensagem - discutindo-a quanto à origem, fontes, temas predominantes, fidedignidade e plasticidade formal - ora aos mecanismos e meios de propagação, tanto no

<sup>1</sup> ou *rumor*; optamos por não estabelecer a distinção situada na língua portuguesa, tal como no contexto anglo-saxónico.

que respeita ao trajecto formal como, em particular nas abordagens quantitativas, para o percurso das mensagens até à saturação do universo em que circulam.

Assim sendo, a abordagem do boato no meio académico tem oscilado entre o estudo dos conteúdos e a caracterização dos processos de transmissão, ou ambos, entre indivíduos, grupos ou comunidades; não tendo sido sempre evidente uma clara determinação dos seus limites conceptuais e operatórios: não sofre delimitações temáticas, apesar de se lhe atribuírem conteúdos recorrentes; como fenómeno de geometria variável, tanto ocorre numa empresa, escola ou bairro como à escala nacional ou transnacional; e, desprendido dos limites da comunicação interpessoal, alarga o âmbito a uma cadeia compósita de mediação e interlocução, articulando e integrando, afinal, situações face-a-face, os media convencionais e a web: “o boato postula simultaneamente a circulação, a pluralidade, a ausência de contornos, a incapacidade de o “agarrar” e a irresponsabilidade do transmissor” (Lacouture, 1982: 21).

Mackay (1841), ao procurar inventariar e sistematizar os mitos e *as ilusões e a irracionalidade das massas*, invoca, de forma recorrente, o seu agenciamento através da circulação de boatos; é, contudo, na abordagem da sua (ir)racionalidade, pela *Psicologia das multidões* de G. Le Bon (1895), nas propostas de relação entre a *conversação* e a *formação da opinião* formuladas por Tarde (1901: 43-45) e pelo estudo das cadeias de retransmissão formuladas nos protocolos de W. Stern, em 1902, que se inicia uma abordagem sistemática do fenómeno e a sua constituição como objecto autónomo: “para caricaturar: antes de Stern, o boato era um ruído que corria, boato e *fama* são indissociáveis; depois de Stern, o boato é um ruído que mata; é-lhe acrescida uma “significatividade” (Froissart, 2000: 323). B. Hart, discípulo de Stern, propõe uma tipologia de boatos, protestando embora a sua pouca exaustividade: “boatos directamente relacionados com a ameaça para o rebanho, boatos de realização de desejo e boatos devidos a complexos generalizados e fundamentais” (Hart, 1916: 18-19). Prasad (1935), na sequência dos terramotos de 1934, na Índia, propõe a associação dos *boatos* aos contextos colectivos de perigo, interpretando a sua natureza e propagação como a resposta dos grupos, a um tempo emocional e racional, às condições colectivas que os afectam.

A proliferação descontrolada e a aparente inimputabilidade das fontes estão na origem de grande parte dos esforços académicos para o seu estudo, fruto também da preocupação sentida por governos, empresas ou figuras públicas: a II<sup>a</sup> Guerra Mundial propicia a realização de trabalhos: Knapp (1944: 22) apresenta-o

como “uma declaração destinada a ser acreditada, reportando-se à actualidade e posta a circular sem confirmação oficial”; Allport & Postman (1947: 148) definem-o como “um enunciado (ou tema) específico, que se apresenta para ser acreditado, transmitido de boca em boca pelas pessoas, à revelia de mecanismos de confirmação,” assinalando o mérito desta definição, por contraste, pela “vantagem de nos ajudar claramente a distinguir boato de notícia”. Caplow (1947: 299), apresenta-o como “item de informação com conotações de interesse definidas, transmitido apenas pela comunicação informal de pessoa para pessoa dentro de um grupo”.

Na continuação deste período, Peterson & Gist (1951: 159), formulam o boato como “um relato ou uma explicação não verificada, circulando de pessoa para pessoa, reportando-se a um objecto, um acontecimento ou uma questão de interesse público” e destacam a importância de caracterizar a composição cultural do seu público (o que Prasad tinha já assinalado) e entender a sua propagação como um processo. (op cit., 167). Para Shibutani (1968) é enunciado como uma resolução colectiva de problemas, os boatos são “descrições, previsões ou explicações de eventos, em grande parte sem ter sido confirmados por fontes oficiais mas que são, ainda assim, levados a sério por uma parte substancial do grupo interessado. Dado que os relatos não são confirmados, tanto se poderão vir a verificar verdadeiros como falsos.” (Shibutani, 1968: 576).

As definições postuladas procuram singularizar o boato em função do seu percurso interpessoal, da não confirmação do conteúdo e do engajamento e motivação dos seus (re)transmissores. A preocupação com as dimensões culturais profundas ou situadas no inconsciente ganham terreno com C. G. Jung, que aborda, desde 1954, a presença dos discos voadores em sonhos e em boatos (Jung, 1959), leitura retomada por E. Veccio (1972), numa interpretação dos boatos através da teoria dos sonhos.

O estudo dos preconceitos, que Allport desenvolveu em “The nature of prejudice” (1954), aproxima o estudo dos boatos à construção dos estereótipos. Na Europa, E. Morin (1969) aborda os rumores sobre a atribuição do desaparecimento de raparigas em estabelecimentos de comerciantes judeus, em Orleans, despistando a manifestação recorrente de anti-semitismo na sociedade francesa. Um conjunto de trabalhos amadurece a relação da dinâmica de circulação dos boatos e o ajustamento dos seus conteúdos com a ansiedade e a busca da estabilidade (Prasad, 1950; Sinha, 1952; Anthony, 1973; Rosnow, 1979); a complementariedade das respostas oferece curiosas soluções, retomando as leituras de Sinha e Prasad: “numa aldeia próxima de uma catástrofe, os boatos pressagiavam calamidades; numa aldeia

sinistrada, os boatos anunciavam novas satisfatórias” (Simões, 1984: 26). O percurso do estudo da presença de boatos em situações que têm como pano de fundo a guerra e as catástrofes naturais (Nkpa, 1975 e 1977), ou crimes como o tráfico de mulheres e os raptos (Fried & Maxwell, 2006), prosseguem até aos nossos dias, imbrincando-se nas dinâmicas da conflitualidade política e revolucionária (Dalziel, 2013).

A discussão dos circuitos de informação, recorrente em modelos experimentais, é retomada por Rouquette (1975: 24-27) para multiplicar a diversidade de contingências contextuais de funcionamento das redes e inscreve-se num período em que o balanço crítico<sup>2</sup> das abordagens constitui o boato como uma área de estudos. Rosnow (1988: 12) enuncia o boato como uma forma de comunicação pública “que reflecte hipóteses particulares sobre o funcionamento do mundo (...) tentativas para dar sentido a situações incertas”.

Por seu turno, o agrupamento de temáticas recorrentes – do roubo de órgãos à sexualidade transgressiva de figuras do poder, dos vampiros aos discos voadores – inscreve-se numa associação, tornada sistemática, entre boatos e mitos urbanos (Kapferer, 1987; André, 2010), associando-se afinal a um longo percurso iniciado por Van Gennep (1910) e F. Bartlett (1920) sobre a formação e reprodução das lendas (cf. Froissart, 2000: 326).

A partir dos anos 90, com a banalização da internet, a circulação dos boatos ganha nova envergadura e características; embora dirigida inicialmente a um público diferenciado, os conteúdos tornam-se transversais aos contextos sociais, políticos e organizacionais (Bordia, 1996; Taleb, 2001), desenvolvendo-se paralelamente projectos de controlo (Basso, 1997; Kimmel, 2003). A influência é complexificada pela integração das redes sociais: os últimos anos lidam abertamente com a celeridade de propagação dos boatos nestas (Grosser et al., 2010; Garrett, 2011; Chierichetti, 2011; Doerr, 2011) e, mais assertivamente, com projectos de localização, física, das respectivas fontes (Seo, 2012).

A condição imprevisível, indeterminada e potencialmente anónima dos boatos atribui ao seu controlo um valor económico concreto por parte das organizações, constituindo o boato uma potencial fonte de despesa ou receita (Banerjee, 1993), estimada a partir do impacto que podem ter no seu prestígio, nas reacções aos seus projectos de mudança ou, de forma mais imediata, nas suas cotas de mercado (Rosnow, 1983, Esposito & Rosnow 1983, Bordia et al, 2006). A prevenção e regulação dos boatos, favorável ou não (Bettis, 1995;

<sup>2</sup> Nomeadamente através de números temáticos em periódicos: *Genre Humain* 5, Rumeur (1982); *Diogenes* (2001, 2006), *Diogenes* (2007).

DiFonzo & Bordia, 1997 e 2002), nas organizações, é tipificada combinando taxonomias de boatos com estratégias de controlo e, por vezes, instrumentalizando-os para suscitar reacções favoráveis no mercado (Gao & Oler 2008), podendo mesmo estar estas estratégias implicadas nos dois lados da produção da informação, a “oficial” e a sua “subversão”.

As abordagens quantitativas, expressam-se em modelos e aplicações estatísticas, construídos a partir de *designs* experimentais (Higham, 1951; Schachter & Burdick, 1955) ou do tratamento de dados decorrentes de trabalho de campo (Scall, 1950; Back, Kurt et al., 1950; Rappoport & Rebhun, 1952; DeFleur & Rainboth, 1952), por vezes à escala de comunidades, como nos trabalhos de Dodd (1952, 1953); recorre-se, frequentemente, a modelos de análise de propagação de epidemias (Duhamel, 1955; Daley & Kendall 1964 e 1965 e, mais recentemente, Daley & Gani, 1999; Dickinson & Pearce, 2003; Iribarren & Moro, 2009; Chenga et al., 2013), assistindo-se, por vezes, ao recentramento do objecto numa designação de maior latitude, no quadro das “dinâmicas de disseminação da informação” ou aplicando-se à transmissão e persistência de “lendas urbanas”.

As abordagens de carácter antropológico, decorrentes do trabalho de campo com observação participante, contextualizam a emergência dos boatos e as estratégias singulares da sua apropriação em cada contexto. R. Firth (1956), como veremos mais adiante, associa a circulação de rumores, em Tikopia, às estratégias matrimoniais.

Para P. Mullen (1972: 104), a interpretação do boato, num plano simbólico, opera como um “dispositivo cognitivo” que permite “compreender e lidar com episódios que não estão visivelmente em contacto [preenchendo] detalhes em falta e [permitindo] explicar coisas que não são óbvias”. Ilustra com um conhecido boato sobre a existência “de jacarés nos esgotos de Nova York” e responde: “como chegaram lá? Turistas recém chegados da Flórida teriam trazido jacarés bebés e, cansados dos animais de estimação, teriam deitado os jacarés pelo sanitário e puxado o autoclismo.” (Mullen, 1972: 109).

Para Lienhardt (1975: 130-1), os boatos do género mais fantástico representam uma complexidade de sentimentos difíceis de articular a um nível mais elaborado. Ao fazê-lo, “associam as simpatias das pessoas num consenso de um tipo impensável, em última instância acrítico. Talvez isso explique por que é que a palavra boato tem uma má conotação, para além da mera tolice.” Sugere, então, uma rendição ao ‘irracional’ (...), uma integração de sentimentos sem raciocínio.” Com o propósito de ilustrar a ambivalência e plasticidade das interpretações produzidas sobre os boatos, o autor

refere-se a um boato que correu no Bahrein, segundo o qual o “governo britânico teria forçado o xeque do Bahrein a legalizar a venda de álcool a muçulmanos. Na época, havia no Bahrein muitos muçulmanos conservadores que consideravam o consumo de álcool inaceitável e, ao mesmo tempo, muitos modernistas que consumiam ilegalmente álcool, caro e em segredo. O boato atingiu mais intensamente os modernistas que os conservadores. (...) ao levantar, como fez, a questão de uma interferência britânica, ultrajante, em assuntos religiosos, fez com que as próprias pessoas que até teriam gostado de ser autorizados a beber legalmente e que reproduziam o boato à sua volta, manifestassem uma enorme irritação sobre a questão (...) de forte oposição à posição britânica, dominante no Bahrein. [o boato] foi adequado tanto para muçulmanos conservadores, que se opunham ao uso de álcool, como para os modernistas, que se opunham ao colonialismo,” criando um boato anti-islâmico para os conservadores e anti-colonial para os progressistas, proporcionou uma aliança entre ambas as posições.

Numa abordagem aos usos do boato em sociedades africanas, a propósito da magia e da feitiçaria, Stewart & Strathern (2004: 29) afirmam que “mesmo quando determinadas noções de bruxaria ou feitiçaria não estão envolvidos, os próprios boatos, rumores e falatórios podem atuar como formas de feitiçaria, projetando a culpa sobre os outros de maneira que os podem prejudicar: por exemplo, ao perder os seus empregos, serem agredidos ou envergonhados em público,” e acrescenta, num aspecto que realça a significação local, que isso se deve ao facto de “o boato e o falatório trabalham em segredo, fora de mecanismos formais de controle social, o que não pode ser facilmente confirmado ou verificado por meios explícitos.”

## II

As abordagens compiladas enfatizam factores de motivação para a retransmissão tais como a *ansiedade*, a busca da *estabilidade* ou do *equilíbrio* e a *motivação*; discutiu-se a fidedignidade ou a confabulação, o restabelecimento ou confirmação de expectativas, em fórmulas de resolução de conflitos ou como catarses colectivas e formas de xenofobia, recorrendo à criação de bodes expiatórios, pessoas ou grupos minoritários. Rouquette (1975), destaca a tendência do boato a veicular temáticas *negativas*. As abordagens potenciam-se, por outro lado, em intervenções diversificadas: nos anos oitenta, a conceptualização do boato mantém a problemática da consistência cognitiva como suporte da sua propagação. Contudo, para P. Marc (1987), o conceito apresenta uma imprecisão de fundo: “desde logo, o intitulado rumor abrange um conjunto heteróclito de transmissões sociais de informações, sendo impossível

uma síntese fina e aceitável por todos de uma tal variedade. É o que explica que nos venhamos a sentir na obrigação de nos contentarmos com uma imprecisão menos exigente e menos explicativa e de recorrer ao termo *equilíbrio* o que posicionaria o boato, porventura pela “dissolução do objecto pelo seu estudo”, como um objecto sem descontinuidade efectiva com um fenómeno mais amplo, o dos *processos de difusão* (Marc 1987: 237). Verificamos que as abordagens contemporâneas questionam a replicação experimental por oposição à abordagem em contexto, a evidência do princípio de *regulação* (equilíbrio) e esvaziam os problemas da exigência de fundos de verdade ou a exclusividade da sua propagação pela relação interpessoal, incorporando etapas de retransmissão nos media ditos tradicionais ou, agigantando-se no séc. XXI, nas redes sociais. Contrariamente aos modelos mecanicistas, que propõem uma redução e estabilização das mensagens após um primeiro período de ajustamento (Knapp, 1944) a observação permite perceber que, em alguns contextos, as mensagens são acrescentadas com alguns elementos ou sofrem uma translação no seu sentido; tratar-se-ão, nesses casos, das mesmas mensagens?

Sem refutar o mérito das propostas desenvolvidas, o conceito de boato (e os termos e classificações que lhe são explícita ou implicitamente sinónimos) têm um percurso, culturalmente consagrado, nas redes de comunicação. Um percurso de senso comum. Não só se classifica a comunicação sobre informação emergente, como a sua qualificação se estabelece dando continuidade a interesses, representações e estratégias comunicacionais. Ambivalente, a designação cauciona ou subtrai a fidedignidade dos conteúdos e a legitimidade da sua divulgação. Assim sendo, se reconhecermos à informação oficial (tendencialmente divulgada pelos media formais: tv, rádio, jornais) o estatuto de fidedigna, então a informação que a tenta subverter pode ser rotulada de boato; é, nesses termos, desacreditada. Se nos posicionarmos de forma inversa, opondo ao discurso oficial a dúvida, o “boato” assume um *status quo* tendencialmente oposto.

Esta informação emergente “fora dos mecanismos formais de controlo social” (Stewart, 2004: 29) poderá, por extrapolação da proposta, pensada para o domínio político, de P. Aldrin (2005), inscrever-se em três registos: o primeiro, de rotina para as normas declarativas, concretizando um mercado paralelo de informação política, impertinente face aos poderes; o segundo, adequado às convulsões políticas, por insuficiência da informação oficial; e o terceiro, como registo alternativo, com o boato a suprir a totalidade da informação dada como suspeita (cf. Champion-Vincent, 2006: 208).

Concluindo, mais do que determinar os conteúdos e as

retóricas, os usos do boato como categoria classificatória reenviam-nos para os interesses em presença, sempre que uma informação ou um processo de circulação são, estrategicamente, classificados. A interdependência entre discursos e retóricas torna-se complementar; pela frequência do seu percurso inscrito nas desigualdades sociais, os boatos são muito mais instrumentos e formas de resistência (na acepção de Scott), unidos na versão e no reconhecimento de pertenças e afinidades □ tornando-se, eles próprios, reificadores da memória e agregadores de *comunidades imaginadas* (Anderson, 2012) - desagregados e flexíveis na retransmissão, situam-se claramente num “registo escondido” (Scott, 1990) - numa condição compósita face aos restantes trajectos mediáticos: o boato invoca os mass media, toma-os por vezes como referentes e chega mesmo a circular neles, ainda que o seu “projecto” possa ser o de lhes subverter os conteúdos. Se pensarmos numa estrutura vertical (falando do poder, não do sentido da difusão) dos órgãos de comunicação ligados ao Estado, o boato é-lhes, como forma de resistência, “perpendicular”.

Os exemplos que se seguem não questionam a prevalência de temas e conteúdos, a rede de retransmissão da mensagem, os actores que a retransmitem ou a forma de quasi-saturação do universo em que se inscrevem. Interroga-se-lhes, sim, a gestão da ambiguidade classificatória e recordam-nos que a rigidez dos modelos de transmissão da informação emergente se inscrevem na condição dinâmica dos contextos culturais que os apropriam:

- a. Tikopia (Firth, 1956): Em Tikopia, se uma família tem como objectivo a realização do casamento de um dos seus filhos com o filho ou filha de uma família vizinha, tem como sério obstáculo o risco de “perder a face” com uma possível rejeição da proposta. Para evitar um eventual embaraço, a família que quer desencadear a proposta de casamento contrata uma “mediadora” que se encarrega de fazer circular a notícia do casamento, sem nomear a fonte. Feita circular a história, a família interessada tem duas atitudes possíveis: se a reacção da família visada for, publicamente, de agrado, concretiza a proposta; se for de rejeição, ultrapassa a situação classificando a notícia posta a circular de mero “boato”.
- b. Bragança (Simões, 1981): No decurso de um levantamento realizado no mês de Dezembro, circulavam duas versões sobre a fuga de uma rapariga com um rapaz vizinho, mais velho: a primeira atribuía a fuga a um projecto concertado, por ambos, de abandono das respectivas famílias; a segunda atribuía uma

gravidez inesperada à jovem, provocada pelo rapaz, tornando-se a fuga uma forma da rapariga iludir a vergonha e classificando-a claramente como vítima. De forma recorrente, os transmissores de cada uma das narrativas classificavam a outra como falsa, um “boato”.

- C. Lisboa (2013): No mês de Outubro de 2013, uma presumível fuga de informação atribui ao Governo Português a intenção de concretizar cortes de 10% aos pensionistas que auferem montantes a partir dos €600 mensais. Inquirido durante uma semana pela imprensa, o Governo rompe o silêncio com a apresentação de um projecto com impacte mitigado; a versão que circulava é classificada por figuras próximas ao Governo de “boato”.

### Bibliografia

- Aldrin, P. (2005). *Sociologie politique des rumeurs*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Allport, G. (1954). *The nature of prejudice*. Reading: Addison-Wesley.
- Allport, G. & Postman, L. (1947). *The psychology of rumor*. N.Y.: Holt, Rinehart & Huston
- Anderson, B. (2012). *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Lisboa: Edições 70.
- André, S. (2010). *Mitos Urbanos e Boatos*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Anthony, S. (1973). Anxiety and rumor. *The Journal of Social Psychology*, 89 (1), pp. 91-98.
- Back, K. et al. (1950). The methodology of studying rumor transmission. *Human Relations*, 3, pp. 307-313.
- Banerjee, A. (1993). The economics of rumours. *Review of Economic Studies*, 60 (2), pp. 309-327.
- Basso, J. (1997). How Public Relations Professionals are Managing the Potential for Sabotage, Rumors, and Misinformation Disseminated Via the Internet by Computer Hackers. *IEEE Transactions of Professional Communication*, 40 (1), pp. 28-33.
- Bettis, C. (1995). A Test of the Validity of Friendly Takeover Rumors. *Financial Analysts Journal*, 51 (6), pp. 53-57.
- Bordia, P. (1996). Studying verbal interaction on the Internet: The case of rumor transmission research. *Behavior Research Methods, Instruments, & Computers*, 28 (2), pp. 149-151.
- Bordia, P. & Difonzo, N. (2002). Corporate rumor activity, belief and accuracy. *Public Relations Review*, 28 (1), pp. 1-19.
- Bordia, P.; Jones, E.; Gallois, C.; Callan, V. & Difonzo, N. (2006). Management Are Aliens! Rumors and Stress during Organizational Change. *Group & Organization Management* 31 (5), pp. 601-621.
- Caplow, Theodore (1947). Rumors in War. *Social Forces*, 25 (3), pp. 298-302.
- Chenga, J.-J.; Liub, Y.; Shen, B. & Yuan, W.-G. (2013). An epidemic model of rumor diffusion in online social networks. *The European Physical Journal B*, 86 (1), pp. 1-7.
- Chierichetti, F.; Lattanzi, S. & Panconesi, A. (2011). Rumor spreading in social networks. *Theoretical Computer Science*, 412, pp. 2602-2610.
- Daley, D. & Kendall, D. (1964). Epidemics and Rumours. *Nature* 204 (4963), p. 1118.
- Daley, D. & Kendall, D. (1965). Stochastic rumours. *Journal of Inst. Maths Applics*, 1 (1), pp. 42-55.
- Daley, D. & Gani, J. (1999). *Epidemic Modelling: An Introduction* [Cap. 5: Rumours: Modelling Spread and its Cessation]. Cambridge: Cambridge University Press.
- Dalziel, G. (ed.) (2013). *Rumor and Communication in Asia in the Internet Age*. London: Routledge.
- DeFleur, M. & Rainboth, E. (1952). Testing message diffusion in four communities: some factors in the use of airborne leaflets as a communication medium. *American Sociological Review*, 17, pp. 734-737.
- Dickinson, R. & Pearce, C. (2003). Rumours, epidemics, and processes of mass action: synthesis and analysis. *Mathematical and Computer Modelling*, 38 (11-13), pp. 1157-1167.
- DiFonzo, N. & Bordia, P. (1997). Rumor and Prediction: Making Sense (but Losing Dollars) in the Stock Market. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 71 (3), pp. 329-353.
- Dodd, S. (1952). Testing message diffusion from person to person. *Public Opinion Quarterly*, 16, p. 247-262.
- Dodd, S. (1953). Testing message diffusion in controlled experiments: charting the distance and time. *American Sociological Review*, 18, pp. 410-416.
- Duhamel, J. (1955). La théorie mathématique des épidémies et des rumeurs. *La Presse Médicale*, 63, pp. 717-718.
- Esposito, J. & Rosnow, R. (1983). Corporate rumors: how they start and how to stop them. *Management Review*, pp. 44-49.
- Fine, G. & Ellis, B. (2010). *The Global Grapevine: Why Rumors of Terrorism, Immigration, and Trade Matter*. Oxford: Oxford University Press.
- Fine, G. & O'Neill, B. (2010). Policy Legends and Folklists: Traditional Beliefs in the Public Sphere. *Journal of American Folklore*, 123 (448), pp. 150-178.
- Firth, R. (1956). Rumor in a primitive society. *The Journal of Abnormal and Social Psychology*, 53, pp. 122-132.
- Fried, C. B. & Maxwell, A. (2006). Rape Rumors: The Effects of Reporting or Denying Rumors of Sexual Assaults on Campus. *Journal of Applied Social Psychology*, 36 (11), pp. 2766-2784.
- Froissart, P. (2000). Historicité de la rumeur: La rupture de 1902. *Hypothèses*, 1, pp. 315-326.
- Gao, Yuan & Oler, Derek (2008). Rumors and Pre-

- Announcement Trading: Why Sell Target Stocks before Acquisition Announcements? [http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=502862](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=502862), acessado a 6 de Setembro de 2013]
- Garrett, R. Kelly (2011). Troubling consequences of online political rumoring. Political Rumors Online, *Human Communication Research*, 37 (2), pp. 255-274.
- Grosser, T.; Lopez-Kidwell, V. & Labianca, G. (2010). A Social Network Analysis of Positive and Negative Gossip in Organizational Life. *Group & Organization Management*, 20 (10), pp. 1-48.
- Hart, B. (1916). The Psychology of Rumour. *Proceedings of the Royal Society of Medicine*, 9, pp. 1-26.
- Higham, T. (1951). The experimental study of the transmission of rumour. *British Journal of Psychology*, 42, pp. 42-55.
- Iribarren, J. & Moro, E. (2009). Information diffusion epidemics in social networks. *Physical Review Letters*, (103), pp. 1-12.
- Jung, C. (1959). A Visionary Rumour. *Journal of Analytical Psychology*, 4 (1), pp. 5-19.
- Kapferer, J.-N. (1987). *Rumeurs, les plus vieux medias du monde*. Seuil: Paris.
- Kapferer, J.-N. (1989). Les disparitions de Mourmelon: origine et interprétation des rumeurs. *Revue Française de Sociologie*, 40 (1), pp. 81-89.
- Kapferer, J.-N. (1990). Le contrôle des rumeurs. *Communications* (52), pp. 99-118
- Kimmel, A. (2003). *Rumors and Rumor Control: A Manager's Guide to Understanding and Combatting Rumors*. Mahwah: Lawrence Erlbaum.
- Knapp, R. (1944). A psychology of rumor. *Public Opinion Quarterly*, 8, pp. 22-37.
- Lacouture, J. (1982). Bruit et information. Le genre Humain (5): la Rumeur, pp. 19-30.
- Le Bon, G. (1905[1895]). *Psychologie des Foules* (9 ed). Paris: Félix Alcan.
- Lienhardt, P. (1975). "The Interpretation of Rumour." In Beattie, J. & Lienhardt, R. (ed.) *Studies in Social Anthropology: Essays in Memory of E.E. Evans-Pritchard*. Oxford: Clarendon Press.
- Mackay, C. (2001[1841]). *Extraordinary popular delusions and the madness of crowds*. Amherst: Prometheus.
- Marc, P. (1987). *De la bouche... à l'oreille: Psychologie sociale de la rumeur*. Delval: Fribourg.
- Morin, E. (1969). *La rumeur de Orléans*. Le Seuil: Paris.
- Mullen, P. (1972). Modern legend and rumor theory. *Journal of the Folklore Institute*, 9 (2-3), pp. 95-109.
- Nkpa, N. (1975). Rumor mongering in war time. *The Journal of Social Psychology*, IVC, pp. 27-35.
- Nkpa, N. (1977). Rumors of mass poisoning in Biafra. *Public Opinion Quarterly*, 41, pp. 332-346.
- Peterson, W. & Gist, N. (1951). Rumor and public opinion. *American Journal of Sociology*, 57, p. 159-167.
- Prasad, J. (1935). The psychology of rumor: a study relating to the great indian earthquake of 1934, *British Journal of Psychology*, 26, pp. 1-15.
- Prasad, J. (1950). A comparative study of rumours and reports in earthquakes. *British Journal of Psychology*, 41 (1), pp. 129-144.
- Rappoport, A. & Rebhun, L. (1952). On the mathematical theory of rumor spread. *Bulletin of Mathematical Biophysics*, 14, pp. 375-383.
- Rosnow, R. (1980). Psychology of rumor reconsidered. *Psychological Bulletin*, 87, pp. 578-591.
- Rouquette, M.-L. (1975). *Les rumeurs*. PUF: Paris.
- Scall, H. et al. (1950). A sociometric approach to rumor. *The Journal of Social Psychology*, 31, pp. 121-129.
- Schachter, S. & Burdick, H. (1955). Field experiment on rumor transmission and distortion. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 50, pp. 363-371.
- Scott, J. C. (1990). *Domination and the arts of resistance: hidden transcripts*. New Haven: Yale University Press.
- Scott, J. C. (2009). *The art of Not Being Governed: An Anarchist History of Upland Southeast Asia*. New Haven: Yale University Press.
- Seo, E.; Mohapatra, P. & Abdelzahera, T. (2012). Identifying Rumors and Their Sources in Social Networks. SPIE Defense, Security, and Sensing, <http://spirit.cs.ucdavis.edu/pubs/conf/prasant-spie12.pdf>, acessado a 8 de Setembro de 2013]
- Shibutani, T. (1968). "Rumor". In Sills, D. (ed.), *International Encyclopedia of the Social Sciences* (13). New York: Macmillan, pp. 579-80.
- Simões, R. (1984). *Boato: Análise antropológica*. Diss. Licenciatura, Lisboa: FCSH/UNL.
- Simões, R. (1999). Léxico: Boato. *Sub-Júdice* (15-16), pp. 181-182.
- Sinha, D. (1952). Behaviour in a catastrophic situation: a psychological study of reports and rumours. *British Journal of Psychology*, 43 (1), pp. 200-209.
- Taleb, E. (2001). Persistence de la rumeur: Sociologie des rumeurs électroniques. *La Découverte*, 106 (2), pp. 231-271.
- Tarde, G. (1989 [1901]). *L'opinion et la foule*. Paris: PUF.
- Vecchio, E. (1972). Psicologia del rumor. *Psico*, (5), pp. 19-27.
- Watson, R. (1988). On the size of a rumour. *Stochastic processes and their applications*, 27, pp. 141-149.
- White, L. (2000). *Speaking with Vampires: Rumor and History in Colonial Africa*. Berkeley: University of California Press.